

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL¹

LEA CARVALHO RODRIGUES*

RESUMO

Trata-se de uma abordagem sobre as mudanças no Sistema Financeiro Nacional, sobretudo as ocorridas na década de 1990, para adequação ao movimento internacional dos capitais: racionalização de processos, reestruturação, abertura ao capital externo, fusões e aquisições. Dá especial atenção às relações entre o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e o setor bancário privado, atentando para as relações e articulações entre essas instâncias e o estabelecimento de redes de interesses que procedem à sobreposição das esferas pública e privada.

* Doutora em Antropologia, professora adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFC.

Para compreender a dinâmica que orienta a nova configuração do Sistema Financeiro Nacional é preciso considerar que as mudanças no setor bancário vêm ocorrendo mundialmente e de forma acentuada nas décadas de 1980 e 1990. Ressalte-se, entretanto, que o processo tem se dado de forma diferenciada, de acordo com a regulamentação específica de cada país para o setor financeiro (DIEESE, 1999, 2000) e as iniciativas governamentais para proteger ou não, e com diferente amplitude, seus mercados financeiros nacionais (OIT, 1993).

Os sistemas bancários, como elementos centrais na política monetária e manutenção da integridade dos sistemas financeiros nacionais, sempre foram considerados de interesse público pelas mais distintas nações, razão por que, sob controle do Estado, criaram-se legislações específicas para definir e delimitar as funções e funcionamento dos bancos em cada país. Pressupostos estes que foram colocados em questão com o movimento de mundialização dos mercados e serviços financeiros.

Entretanto, é necessário considerar a observação de Chesnais (1996:17) de que, embora essa mundialização dos mercados financeiros resulte da abertura dos mercados nacionais, há um caráter seletivo no movimento de capitais. Controlado por aqueles situados em posição privilegiada no mercado, esse movimento seleciona ao

mesmo tempo que exclui países e camadas sociais, de forma que nem todos participam da mesma maneira do processo. O autor considera como excluídos desse processo aqueles países que, impelidos pela imposição das políticas de liberalização, participam do movimento apenas pela forma de sua marginalização, da mesma forma que, em cada país, camadas da população são sistematicamente excluídas da participação

nos benefícios auferidos do desenvolvimento do processo produtivo. O Brasil, como país da América Latina e devedor no plano internacional, estaria, portanto, incluído nesse rol de países marginalizados frente ao movimento de mundialização dos capitais financeiros.

Se a conclusão é que esses processos, embora ditados pelas exigências internacionais de adequação ao movimento dos mercados e capitais, dependem dos contextos político-econômicos e sócio-culturais de cada país, vale refletir, no caso do Brasil, sobre a dinâmica que vem orientando, ao longo das duas últimas décadas, o novo desenho dado ao Sistema Financeiro Nacional. Para tanto, é necessário considerar as mudanças atuais como parte de um processo mais largo que, no Brasil, ganha um caráter mais uniforme após a Reforma Bancária de 1964.

Abarcando o período 1960-1980, Minella (1988) mostrou que, no Brasil, o desenvolvimen-

to do sistema financeiro, sobretudo após 1964, em acordo com um projeto de desenvolvimento econômico concentrador de renda e produtor de desigualdades, viria favorecer determinados setores da classe dominante que assumiriam, ao longo do tempo, uma posição hegemônica no cenário nacional.

Nesse sentido, diante das reivindicações acerca da desregulamentação dos setores financeiros nacionais, há que se considerar o campo de disputas que se trava no plano interno, entre os bancos nacionais, para obter posição hegemônica no setor, o que passa também pela tentativa de controle, na esfera política, sobre a própria conformação, regulamentação e atuação do setor financeiro.

Em países marginalizados no cenário internacional, como é o caso do Brasil, deve-se ainda atentar para as implicações, nessas disputas, do ingresso dos bancos estrangeiros nesses países, por força da abertura do mercado aos capitais financeiros internacionais².

Destaque-se da análise de Minella a constatação de que ocorre, a partir de então, com mais efetividade, a ascensão dos banqueiros privados aos esquemas de poder político e econômico. Isto ocorre, como mostra o autor, pela presença de banqueiros na direção de bancos oficiais, com controle sobre governos estaduais, secretarias de Fazenda dos estados e mesmo ministérios do governo federal. Dessa forma, diz o autor, isto representava

uma expressiva centralização de poder sobre capitais públicos e privados e um aumento da possibilidade de comando de um banco ou de um grupo de bancos e banqueiros sobre os recursos financeiros e sobre as políticas a serem adotadas para o setor” (Minella, 1988:456).

Esse processo se acentuaria ao longo dos anos e ganharia maior ímpeto ao final da década de 1980, após os acontecimentos de 1986 que marcaram definitivamente a trajetória do Banco do Brasil, seu enfraquecimento paulatino frente ao Banco Central (Bacen) e o fortaleci-

mento dos interesses privados nele representados, razão por que se pode analisar esse movimento a partir das mudanças ocorridas, desde então, no Banco do Brasil.

Com a Reforma Bancária de 1964, que criou o Bacen e o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco do Brasil perdeu o papel de emissor da moeda e controlador do meio circulante, o que representou o primeiro passo no esvaziamento de suas funções. Mas ainda continuava exercendo funções de autoridade monetária, atuando como agente financeiro do Tesouro Nacional, agente regulador do mercado e membro do CMN. Passou, então, a administrar a chamada “conta-movimento”, uma espécie de caixa do Governo, pela qual o Banco tinha acesso automático a recursos do Tesouro, o que lhe garantia uma grande liberdade de ação no mercado e altos índices de lucratividade, embora lhe fosse negado atuar em todos os segmentos do mercado.

Se, como mostra Minella, a Reforma Bancária de 1964 representou a consolidação da hegemonia do capital financeiro e a ascensão de integrantes dos grupos financeiros dominantes a posições estratégicas na área econômica e política do governo federal, então a perda da conta-movimento, em 1986, viria representar um forte avanço nesse processo de consolidação e fortalecimento do sistema financeiro privado e de enfraquecimento do setor público e estatal. Isto porque, com o fim dessa conta, o Banco do Brasil se viu, num curtíssimo espaço de tempo, na necessidade de buscar recursos no mercado à semelhança dos bancos privados. Ao mesmo tempo, o CMN, que contava com a presidência do ministro da Fazenda e a participação do presidente do Bacen, tentava negar-lhe a possibilidade de operar com todos os produtos do mercado financeiro.

À época, a imprensa noticiou, por exemplo, que o então diretor do Bacen, Luís Carlos Mendonça de Barros, era contrário à participação do Banco do Brasil em todos os segmentos do mercado. Mendonça de Barros se veria envolvido, em 1999, no chamado “escândalo do

grupo do BNDES”, acusado de favorecer o consórcio Opportunity no leilão de privatização da Telebrás, o que fornece mais argumentos a confirmar o atrelamento histórico do Bacen aos interesses dos grupos privados. André Lara Resende, que em 1985 era diretor da dívida pública do Bacen, um dos mentores do Real, foi outro envolvido no escândalo. Lara Resende foi também sócio de Mendonça de Barros no Banco Matrix, quando de sua fundação no início da década de 1980, o que vem reforçar as afirmações de Minella (1988) sobre o efeito pernicioso da circulação de diretores do Bacen e dirigentes ou proprietários de grupos financeiros privados, entre os dois setores³.

Além do mais, como argumenta Novelli (1999), as alterações nas funções do Banco do Brasil, Banco Central e Ministério da Fazenda, ocorridas ao longo da década de 1990, fazem parte do processo pelo qual se criaram as condições de implementação das políticas neoliberais no país.

Assim, os acontecimentos de 1986 transcorreram em clima de tensão e conflito. O então presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, confrontou-se abertamente com o Ministério da Fazenda e o Bacen, chegando a propor à subcomissão de Finanças do Congresso que a aprovação da indicação de cargos para o Bacen fosse submetida ao Congresso Nacional, proibindo a ocupação desses cargos por pessoas que tivessem tido, em período anterior a quatro anos, qualquer vínculo com o sistema financeiro privado, bem como o estabelecimento de mecanismos de controle indireto sobre os lucros dos bancos. Enfrentou ainda a Febraban, defendendo a exclusividade dos bancos oficiais na operacionalização do crédito rural, durante a gestão de Bresser Pereira na pasta da Fazenda.

Como resultado desse conflito, que ocupou amplo espaço na mídia, o Banco do Brasil, contra os interesses dos bancos privados, obteve autorização para operar em todos os segmentos do mercado financeiro, em igualdade de condição com os bancos privados. Calazans, no entanto, que ha-

via resistido a três ministros da Fazenda – Francisco Dornelles, Dílson Funaro e Bresser Pereira – foi derrotado pelo então ministro Maílson da Nóbrega, também um funcionário de carreira do Banco do Brasil que, por ironia, devia muito de sua ascensão na carreira ao próprio Camilo Calazans⁴.

Esta abordagem é bastante importante para as discussões que se fazem nesse trabalho, porque a perda de poderes do Banco do Brasil e de seu presidente representou a ruptura com o padrão de relações até então existente entre esta instituição e o governo e a emergência de um novo contorno para o setor financeiro, com a redefinição das hierarquias e funções e dos espaços de poder entre setores público e privado.

Vale observar que os presidentes do Banco do Brasil, quando este detinha o papel de autoridade econômica, portavam um *status* de ministro e mantinham uma relação mais nivelada com o ministério da Fazenda. O conflito entre Calazans e a área governamental responsável pela política econômica e financeira do país representou uma última tentativa de alterar a correlação de forças entre setor público e privado no comando da política econômica e financeira do país⁵.

Observando, por exemplo, as relações entre o então ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, e Paulo César Ximenes, que viria a ser nomeado presidente do Banco do Brasil em 1995, pode-se perceber como, a partir daquele momento, consolidava-se um grupo no poder, em acordo com os objetivos de reduzir a força do setor público e estatal na área financeira e garantir espaços ao setor privado. De forma mais clara, a circulação de ambos por cargos no Bacen, Ministério da Fazenda e Banco do Brasil, explica a consonância entre as medidas adotadas no Banco do Brasil e aquelas adotadas na esfera governamental naquele momento e nos anos posteriores⁶.

As relações entre Bacen e Ministério da Fazenda já são extremamente próximas, sendo constante o trânsito de diretores e dirigentes de um para outro órgão. A presença de dirigentes

desses órgãos no Conselho de Administração do Banco do Brasil já estabelecia a sua subordinação hierárquica às duas instâncias e com a perda paulatina de funções e, mais recentemente, a nomeação de ex-dirigentes do Bacen para a presidência do Banco do Brasil, esse poder se consolidaria.

A centralização de poder na órbita do Ministério da Fazenda e Bacen fica ainda mais evidente quando se acompanha, ao longo do tempo, a composição do CMN (Novelli, 1999) que a partir de 1994 reduziu seus membros a três: os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central, o que vem mostrar de forma mais clara essa centralização do poder. Além do mais, dado o caráter das relações entre Banco Central e banqueiros privados, como já abordado anteriormente, pode-se concluir, ainda, sobre uma tendência de fortalecimento do setor bancário privado nacional nas instâncias decisórias sobre o funcionamento do sistema financeiro nacional.

Segundo Minella (1997:165), essa alteração no CMN aliada à não regulamentação do art.192 que trata do sistema financeiro, de forma que todas as decisões se fazem na órbita do CMN, mais a presença de banqueiros em ministérios e partidos de sustentação do governo, são fatores a mostrar que a esfera governamental tem resguardado os interesses das elites financeiras do país.

De forma articulada a esse movimento de consolidação de poder, duas medidas tomadas na década de 1990 viriam completar o processo de enfraquecimento das funções do Banco do Brasil. Em 1990, no início do Governo Collor, ocorreu a extinção da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), passando o acompanhamento das operações com o mercado internacional a ser feito, num primeiro momento pelo Ministério da Fazenda e posteriormente pelo Ministério da Indústria e Comércio. Em 1994, com a exclusão do Banco do Brasil do CMN pela medida provisória que instituiu o Real, o Banco do Brasil perdeu o poder de participar do processo de definição das políticas monetárias.

No início do governo Fernando Henrique Cardoso, as propostas relativas ao Setor Financeiro concentravam-se, sobretudo, na questão do saneamento dos bancos estaduais. O Comitê de Instituições Financeiras Federais (COMIF), havia sido criado ao final do governo Itamar Franco com o objetivo de estudar propostas para saneamento dos bancos públicos federais, o que indicava também a possibilidade de futuras privatizações. Essa comissão era totalmente vinculada ao Ministério da Fazenda e coordenada pelo principal representante do Ministério da Fazenda no Conselho de Administração do Banco do Brasil.

Com a posse de Paulo César Ximenes na presidência do Banco do Brasil, em 1995, egresso do Bacen, seria implantado um amplo Programa de Ajustes em acordo com as orientações do COMIF. Este programa compreendia um amplo leque de medidas de modernização no plano operacional e organizacional, bem como a redução de custos via ajustes na rede de agências, redução do quadro de funcionários, recuperação de créditos vencidos e regularização das pendências com o Tesouro Nacional⁷.

Segundo o ex-presidente Alcir Calliari, que presidiu o Banco do Brasil durante a atuação do COMIF, as medidas então adotadas significavam que, no novo modelo político/econômico adotado para o país, o Banco do Brasil não era mais considerado como um instrumento necessário ao governo⁸.

Para Calliari, tudo indicava que as medidas visavam preparar o Banco do Brasil para a privatização, um projeto que, segundo ele, estava sendo conduzido desde o governo Sarney, quando Mailson da Nóbrega era ministro da Fazenda, por força de um acordo feito em Washington, ao final da década de 1980, entre Banco Central, Febraban e FMI⁹, com oferta de um empréstimo ao país, tendo como contrapartida a reformulação do Sistema Financeiro Nacional, com a privatização dos bancos estaduais e preparação do Banco do Brasil para a privatização¹⁰.

Em entrevistas concedidas em 1996, funcionários da Direção Geral negaram a existência de um projeto de privatização. Porém outras entrevistas realizadas em 2000 apontavam em sentido contrário. Um alto executivo da instituição afirmou que, na verdade, naquele período de implementação do Programa de Ajustes, o Banco do Brasil esteve praticamente sob a administração do Bacen e o projeto seria reestruturar a empresa para torná-la mais atrativa no momento da privatização.

Por ocasião dessas entrevistas, em 2000, o Sistema Financeiro Nacional como um todo já havia passado por processos intensos de mudanças, incluindo as privatizações da maior parte dos bancos estaduais, as fusões e aquisições de bancos pequenos pelos grandes bancos privados e pelos bancos estrangeiros. A maioria das operações realizou-se com recursos e incentivos financeiros – juros abaixo do mercado e abatimento no imposto de renda dos prejuízos das instituições adquiridas – oferecidos pelo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER¹¹.

Os bancos estrangeiros, por sua vez, autorizados a operar no país, se expandiram consideravelmente no período, e viriam aumentar expressivamente a sua participação no setor financeiro nacional com a aquisição do Banespa pelo espanhol Santander¹².

Verifica-se, dessa forma, que uma dinâmica própria vem conduzindo o processo de mudanças no Sistema Financeiro Nacional, marcada pela interpenetração entre as esferas pública e privada e pela formação de redes de relações e articulações entre os ocupantes de altos cargos nas instâncias mais representativas do sistema financeiro (presidência e diretoria do Bacen) e área econômica do governo (Ministério da Fazenda). Destaque-se o trânsito destes altos executivos pelo setor privado, sobretudo instituições financeiras, e o poder que exercem sobre as instituições financeiras públicas ou com capital majoritário da União, como é o caso do Banco do Brasil

O BANCO DO BRASIL E A DINÂMICA DAS MUDANÇAS

Em Rodrigues (2001) procurei mostrar que a trajetória do Banco do Brasil tem expressado, ao longo do tempo, em muitos sentidos e variantes, a trajetória e os destinos do próprio país, de forma que, por meio dessa empresa, como sugeri, se pode pensar o próprio Brasil.

Nesse sentido, se nos voltarmos apenas para o Banco do Brasil e acompanharmos o processo de mudanças ali ocorrido mais recentemente (Rodrigues 2001), veremos que a lógica das mudanças e a dinâmica do processo são as mesmas que orientaram a condução da implementação do modelo político/econômico adotado para o país, a partir da década de 1990, incluindo-se aí a reformulação do Sistema Financeiro Nacional.

Constatou-se, na pesquisa, que um dos pontos relevantes no entendimento do processo era a dinâmica das relações internas, no Banco do Brasil. Em primeiro lugar, a imensa distância entre a Direção Geral e as demais dependências da empresa no país, seja em termos espaciais, de infra-estrutura e execução de serviços, das relações de sociabilidade e do trato com a hierarquia. Um distanciamento, é bom ressaltar, bastante similar àquele que marca as relações entre as instâncias de poder, em Brasília, e o restante do país.

No Banco do Brasil, esse distanciamento se expressava, ainda, na forma como os funcionários da alta administração se referiam ao conjunto dos funcionários, colocando-se numa categoria à parte. Oposição também existente na relação entre os níveis inferiores na hierarquia da Direção Geral e os integrantes da alta administração.

A dinâmica da Direção Geral é marcada, ainda, pela existência de redes de reciprocidade, formadas por laços de lealdade e retribuição, de prestações e contraprestações, que se formam ao longo do tempo, como os elos de uma corrente que unem os cargos mais elevados aos intermediários na hierarquia, o chamado segundo esca-

ção, e que também pode estender-se às diversas dependências pelo país e aos mais variados níveis hierárquicos, de forma mais matizada.

Entretanto, se por um lado a estrutura administrativa do Banco do Brasil apresentava, até bem pouco tempo, aquelas características dos modelos mais acabados de burocracia, com rígida hierarquia de cargos por tarefas e funções especializadas, normas reguladoras precisas, padrões de carreira estabelecidos e um funcionamento regido pelos princípios da autoridade e da disciplina, portanto dentro daqueles princípios tipicamente weberianos (Weber, 1971:229-282), há que se notar que o princípio da impessoalidade era exigido da grande massa de funcionários mas se aplicava de forma diferenciada aos estratos mais elevados da sua administração. Assim, são mais apropriadas as formulações de Bezerra (1999:15-6), de que as relações de patronagem e clientelismo são constitutivas do universo político e burocrático e não sobrevivências de antigas relações ou falhas dos mecanismos das organizações. No sentido de ultrapassar afirmações sobre a coexistência de formas de ação fundadas em racionalidades distintas, como no modelo weberiano de burocracia, o autor propõe a existência de uma burocratização, uma racionalização das próprias práticas clientelistas, como dispositivo de ação governamental, de forma que elas têm um lugar estruturante na administração pública (Bezerra, 1999:188).

No caso do Banco do Brasil, os vínculos com a esfera governamental acentuam ainda mais a dinâmica de relações internas, uma vez que a cada mudança de governo, com a alteração do presidente da instituição e da diretoria, ocorrem mudanças em todos os postos hierárquicos mais elevados e cada novo nomeado tende a escolher os seus subordinados diretos de forma análoga ao que ocorre na esfera governamental¹³. Com a dinâmica interna pautada na lealdade, na concessão e na retribuição de favores, tudo contribui para que se formem grupos que se movem na medida em que os que ocupam o topo

também se deslocam na estrutura da alta administração. Dinâmica que tem se mantido, destarte até as mudanças efetuadas ao longo dos últimos anos, mesmo as que se fizeram no sentido de horizontalizar as relações. Além do mais, como foi possível mostrar em Rodrigues (2001), a mesma dinâmica interna e das relações com a esfera governamental vem acompanhando a trajetória da empresa, desde o Banco do Brasil da Corte portuguesa e dos governos imperiais passando pelo Banco do Brasil dos diversos períodos republicanos, até os dias atuais¹⁴.

A partir da reestruturação na Direção Geral, ocorrida no início do governo Fernando Collor, intensificaram-se essas redes, como resultado das articulações desenvolvidas naquele momento para a manutenção ou disputa por cargos. Foi um momento em que particularmente a dinâmica das relações tornou-se evidente, com diminuição dos níveis de solidariedade e aumento da competitividade interna, uma vez que foram extintos muitos setores, resultando a extinção de cerca de 3.000 cargos. Isto gerou um distanciamento ainda maior entre os níveis hierárquicos e, ao mesmo tempo, sedimentou as redes que então se formaram, estreitou os laços e provocou um maior distanciamento em relação àqueles não inseridos nessa dinâmica.

Os dados disponíveis mostram que aquele foi o primeiro momento significativo de rupturas: na relação da empresa com os funcionários, e destes entre si. Ao mesmo tempo, foi um momento que estimulou toda a sorte de protecionismos e criou um espaço onde os comprometimentos se firmaram de tal forma que o grupo que permanecia, ocupando postos de médio e alto escalão, se estruturava cada vez mais pelos vínculos pessoais e lealdades estabelecidas para sustentar posições naquele momento especialmente crítico. Foi recorrente, inclusive, a interferência de integrantes da esfera política do país no processo de reestruturação que ocorria dentro do Banco do Brasil. Interferência que ocorria porque as pessoas dentro da empresa buscavam esse apoio como uma forma, talvez a única, de manter-se no cargo

ou conseguir uma nova colocação. Como decorrência do processo, a perda da solidariedade, ao lado da exacerbação do individualismo, favoreceu o desenvolvimento de posturas autoritárias que viriam marcar os processos de mudança posteriores.

É fundamental notar que integrantes desses grupos que se firmaram em cargos elevados, durante o processo de mudanças na Direção Geral, também estavam ocupando altos cargos quando da formulação do Programa de Ajustes, em 1995, muitos deles conduzindo diretamente o processo¹⁵. Nesse sentido, as práticas utilizadas durante a implementação do Programa de Ajustes devem ser entendidas também como uma continuidade em relação aos acontecimentos de 1990, uma vez que a estrutura permaneceu a mesma, bem como os vínculos que sedimentavam as relações, embora as pessoas mudassem de localização dentro dessa estrutura.

Mais importante, contudo, é entender que esse processo de mudanças no Banco do Brasil, que se iniciou em 1990 e se firmou a partir de 1995, faz parte das políticas econômicas de cunho *neoliberal* iniciadas no governo Fernando Collor de Mello e sedimentadas no governo Fernando Henrique Cardoso¹⁶.

As medidas adotadas pelo Banco do Brasil em 1990 estavam em perfeita sintonia com as diretrizes da política econômica do governo Fernando Collor e, portanto, com o encaminhamento de reformas em acordo com o modelo *neoliberal*: estabilização de preços, privatização, liberalização, desregulamentação e restrição aos gastos públicos (Petras, 1997:18). A crise em torno da Reforma Administrativa no Banco do Brasil, em 1990, levou à formação da CPI BB 1991, para apuração dos acontecimentos, mas, em sua base, estava o vínculo entre essas reformas e a política econômica do governo.

Observe-se, ainda, que os acontecimentos envolvendo as administrações do Banco do Brasil, durante o governo Collor, ainda trariam prejuízos à instituição no que se refere aos padrões éticos e de probidade administrativa.

Mesmo considerando que o Banco do Brasil sempre foi utilizado pelos sucessivos governos como meio de obtenção de ganhos na arena política e que sempre serviu aos interesses econômicos e políticos de grupos privados, nunca como naquele período do governo Fernando Collor esteve tão direta e claramente envolvido com as altas esferas de poder e sob acusação de práticas ilícitas. Práticas que se referem ao envolvimento de membros da alta administração do Banco com os altos escalões do governo, mas que também se estenderam muitas vezes em níveis intermediários da hierarquia da instituição.

Durante o governo Collor, a gestão de Lafaiete Coutinho como presidente do Banco do Brasil foi marcada por denúncias dos mais diversos tipos de irregularidades administrativas¹⁷. Foi réu, juntamente com o ex-presidente Alberto Policarpo, em ação de improbidade administrativa devido à rolagem irregular da dívida do Deputado Federal Flávio Derzi (PMDB-MS). Em 1999 foi absolvido das acusações juntamente com os funcionários implicados no caso, um deles o então diretor Cláudio Dantas, também citado na CPI BB de 1991, devido a denúncias de envolvimento em irregularidades administrativas.

Lafaiete Coutinho foi seguidas vezes denunciado pela imprensa escrita por concessão de empréstimos irregulares e favorecimentos¹⁸, de envolvimento com o esquema PC¹⁹ e de estar fornecendo aos parlamentares governistas o controle de verbas da Fundação BB para distribuição de recursos entre prefeituras, como forma de angariar apoio político para o ex-presidente Collor, sobretudo em 1992, por ocasião do processo de *impeachment*²⁰.

No plano interno, o caso mais grave ocorrido na gestão Lafaiete Coutinho refere-se à fraude constatada no concurso público realizado pelo Banco do Brasil em 1992, a primeira na história da empresa. A fraude ocorreu devido a uma rede de comprometimento entre vários graus hierárquicos que atuavam numa mesma área. Estavam envolvidos o chefe de gabinete da diretoria

de Recursos Humanos e um chefe de divisão da mesma diretoria. Os dois foram exonerados, no entanto, o então diretor de Recursos Humanos, segundo a imprensa também integrante do chamado esquema PC²¹, saiu ileso do episódio, uma vez que não se tratava de funcionário de carreira do Banco.

Tudo sugere, portanto, que as mudanças ocorridas no Banco do Brasil, a partir de 1990, tiveram como resultado não apenas o fortalecimento das redes de lealdade e reciprocidade, fruto dos comprometimentos havidos durante a reestruturação na Direção geral, mas também das redes de articulação que chegavam aos altos escalões do governo.

Enfim, a análise do processo de mudanças que se deu nos anos posteriores, principalmente no período 1995 a 2000 (Rodrigues, 2001), mostrou que, se por um lado ocorriam mudanças estruturais, de caráter formal (organograma, funções, denominações), elas não significaram uma alteração dos princípios que norteavam a dinâmica da Direção Geral – o poder de mando e a subordinação, a lealdade e a retribuição –, ao contrário, as mudanças se fizeram fortalecendo esses laços e práticas.

Quanto às relações entre a direção do Banco do Brasil e a esfera governamental, seja pela nomeação do presidente da empresa via executivo, seja pela forte presença do Ministério da Fazenda na decisão dos rumos e atividades da empresa e a perda de poder frente ao Banco Central, vale dizer que sempre trouxeram uma série de prejuízos financeiros à empresa. Ao mesmo tempo, esses também foram fatores que sempre contribuíram para que os acontecimentos afetos à empresa espelhassem aqueles que se dão no âmbito do governo.

O que se observa do acompanhamento dos fatos pela imprensa é que, nas suas relações com a esfera governamental, mesmo com as profundas mudanças que se estabeleceram a partir de 1995, o Banco do Brasil continuou atendendo às determinações do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

Em novembro de 1995, por exemplo, emprestou seguidamente recursos no mercado interbancário²² aos bancos que não estavam conseguindo fechar as contas diárias, o que não lhe trazia prejuízos mas era vantajoso aos demais bancos. Ainda em dezembro de 1995, quando o Banco do Brasil desde outubro contabilizava altos prejuízos, sofreu mais danos financeiros ao arcar com os custos para garantir o empréstimo contratado pelo governo com o EXIMBANK para a realização do projeto de Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)²³. As tentativas do Banco do Brasil em receber o dinheiro do Banco Central foram frustradas e as responsabilidades foram transferidas para o Tesouro Nacional, repetindo-se, dessa forma, a sistemática corrente de acúmulo de dívidas do Tesouro junto à empresa.

Em abril de 1996, quando já se discutia intensamente, na imprensa, a operação de capitalização da empresa pelo Tesouro Nacional, divulgava-se uma lista dos cem maiores devedores do Banco do Brasil. A suspeita de que os dados teriam sido “vazados” de dentro da empresa levou a uma auditoria para apurar as responsabilidades na divulgação. Em novembro de 1996, ocorreu a intervenção do Banco do Brasil na construtora ENCOL, operação cujo desenrolar culminou num escândalo de grandes proporções, em meados do ano 2000, como veremos adiante.

Em dezembro daquele mesmo ano ocorreria ainda o escândalo ligado à divulgação de uma lista de parlamentares devedores do Banco do Brasil, vinculados ao PPB, um dia antes da reunião do partido que recomendaria voto contrário à emenda da reeleição, o que levou à suposição de que a mesma teria sido divulgada como forma de intimidação aos parlamentares e expõe alguns dos possíveis liames entre altos executivos do Banco do Brasil e membros do Planalto. O secretário-executivo do Banco do Brasil, Manoel Pinto, e Waldemar Júnior, coordenador-chefe da Assessoria Parlamentar, foram acusados da elaboração da lista e afastados do cargo, pela direção do banco, naquele mesmo

mês. O escândalo daí decorrente veio ligar os acusados diretamente ao Palácio do Planalto sob suspeita de que as ordens tivessem vindo de Luis Carlos Santos, então ministro da Coordenação Política do governo ou de Eduardo Jorge, secretário-geral da Presidência da República²⁴.

Em entrevista à revista *Veja*, de 25/12/96, um funcionário da Assessoria Parlamentar do Banco do Brasil fez declarações importantes ao entendimento do escândalo e que dizem sobre a extensão das redes de relações existentes na Direção Geral e as implicações sobre o processo de mudanças vivido pela empresa. Declarou o entrevistado que havia trabalhado na elaboração das listas seguindo ordens de Manoel Pinto e que as mesmas seriam enviadas ao Planalto. Revelou também que dentre as várias atribuições da Assessoria Parlamentar havia um setor que tratava dos pleitos de políticos. Esses pleitos, segundo o entrevistado, iam desde favores pessoais como pedidos de remanejamento de funcionários e promoção até as solicitações de renegociação de dívidas. Segundo as mesmas declarações esse esquema foi estabelecido por Lafaiete Coutinho quando presidiu a instituição, durante o governo Collor, e foi bastante utilizado na época do *impeachment*. Diz ainda a reportagem que o esquema cessou completamente na gestão de Alcir Calliari e foi retomado com a ascensão à presidência de Paulo Cesar Ximenes e o retorno de Manoel Pinto aos quadros superiores²⁵.

Em setembro de 1997 o caso ENCOL voltou a ocupar espaço nos noticiários, questionando-se a razão de a empresa haver sido contemplada com vultosos empréstimos dos bancos oficiais quando estava em situação já de quebra financeira. Anunciou-se que a empresa havia levantado um empréstimo no Banco do Brasil com hipotecas fraudulentas e documentos forjados. A divulgação de dados sobre a contribuição da ENCOL ao caixa de campanha de vários candidatos em eleições recentes, inclusive a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, e o fato de ser Manoel Pinto o interlocutor da mes-

ma junto ao Banco do Brasil, sugeriam favorecimento em virtude das implicações políticas envolvidas²⁶.

Os fatos divulgados com tanta proximidade ao escândalo da lista dos parlamentares, envolvendo o mesmo executivo do Banco do Brasil, intensificaram ainda as suspeitas sobre a existência de uma rede de articulações entre executivos do banco e pessoas integrantes do governo.

Em janeiro de 1998 começaram as discussões sobre a venda da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil – BB-DTVM, detentora da maior rede de varejo do país e da maior carteira de ativos dentre as congêneres. O fato parecia indicar uma operação muito mais vantajosa para os futuros compradores do que a privatização do Banco do Brasil como um todo. Críticas se fizeram tanto pelo alto potencial de lucros representado pela BB-DTVM, sobretudo porque os compradores contariam com a vasta rede de agências do banco no país, como pelos baixos custos que isto representaria, uma vez que os gastos com a manutenção das agências e pessoal continuaria a ser responsabilidade do Banco do Brasil. Tudo enfim indicava uma operação altamente vantajosa aos grupos financeiros privados²⁷.

Ressalte-se, ainda, que no início de 1999 o Banco do Brasil desempenhou papel importante na intervenção, conjuntamente com o Bacen, no mercado cambial para tentar conter a alta do dólar. Assim, por haver atuado ostensivamente no mercado do câmbio, vendendo dólares a taxas baixas para aumentar o volume de moeda e conter a alta da cotação, o Banco do Brasil sofreu significativas perdas²⁸. Ocorre que, enquanto o Banco do Brasil tinha vultosos prejuízos com essas transações, os bancos privados acumulavam lucros, sendo que ao final do exercício, em virtude da desvalorização cambial, Bradesco, Itaú e Unibanco alcançaram os maiores lucros já registrados pelo setor bancário privado²⁹.

Mas mesmo quando se divulgaram esses resultados negativos para o Banco do Brasil e positivos para o setor privado, em agosto da-

quele mesmo ano, o Banco continuou agindo no mercado cambial, vendendo dólares para derrubar a cotação da moeda americana e amenizar a situação crítica vivida pelo governo naquele momento.

Em março daquele mesmo ano, como consequência das denúncias de vazamento de informações que vieram a beneficiar diversas entidades financeiras no processo de desvalorização do Real, a Procuradoria da República solicitara a quebra do sigilo bancário das operações da BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) para apurar irregularidades. As operações sob suspeita teriam sido feitas via Banco do Brasil que utilizou recursos do Banco Central para vender dólar com cotação baixa às vésperas da desvalorização do Real³⁰.

Também em março, com a decretação da falência da ENCOL, novos acontecimentos vieram a colocar suspeitas sobre o envolvimento de membros do alto escalão do Banco do Brasil nas irregularidades que cercavam o caso. O parecer da auditoria, realizada pelo próprio Banco do Brasil, sugeriu a demissão de Jair Bilach e mais seis envolvidos. É bom ressaltar que Jair Bilach já havia sido demitido da presidência da PREVI em 1998 devido ao escândalo do "grampo do BNDES"³¹.

No mês seguinte, novas informações sobre as operações entre o Banco do Brasil e o BNDES, por ocasião das disputas em torno do leilão da Telebrás, levaram a denúncias de que o Banco assumiu posição de alto risco ao dar fiança aos consórcios liderados pelo Banco Opportunity³². Em meio ao escândalo, o Congresso Nacional se mobilizou e em abril daquele ano propôs a formação de uma CPI dos bancos, tentativa fracassada em julho daquele mesmo ano devido à intervenção ostensiva do Planalto junto ao Supremo Tribunal Federal. Isto impediu a cassação das liminares que protegiam o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes quanto à quebra de seu sigilo bancário. Ressalte-se que Francisco Lopes era também sócio do Banco Fonte Cidam e estava sob suspeita de envolvimento no escândalo dos favorecimentos a entidades financeiras

quando da desvalorização do Real, em janeiro de 1999, quando então ocupava a presidência do Banco Central³³.

Em seguida, quando em abril aumentava a repercussão sobre o "escândalo dos precatórios", o Banco do Brasil se veria novamente objeto de críticas pela concessão, no ano anterior, de um empréstimo de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO) à prefeitura de São Paulo, quando já se tinha conhecimento da dimensão da crise. Principalmente porque o empréstimo havia sido realizado exatamente quando Paulo Maluf negociava o apoio à candidatura de Fernando Henrique Cardoso à eleição presidencial de 1998. O prefeito Celso Pitta não honrou o pagamento do empréstimo dentro dos prazos, o que levou ao bloqueio da conta da prefeitura de São Paulo junto ao Banco, em agosto de 1999, gerando uma onda de protestos naquela Capital em virtude da ausência de recursos para pagamento dos servidores públicos municipais³⁴. O bloqueio foi suspenso naquele mesmo mês e a situação voltou ao normal devido ao início das negociações das dívidas junto à União. Mas o Banco do Brasil, por atuar em acordo aos interesses do governo retendo em suas carteiras uma quantidade excessiva de títulos públicos, sofreu queda na pontuação da avaliação de risco efetuada pela agência internacional Fitch IBCA³⁵.

Em julho de 1999, ocorreu nova alteração na presidência do Banco do Brasil, assumindo Paolo Zaghen, indicado pelo Ministério da Fazenda, e que até então ocupava cargo de diretoria no Banco Central, como responsável pela condução do processo de privatização dos bancos estaduais. A nomeação de um diretor do Banco Central foi significativa, uma vez que consolidava o poder do Ministério da Fazenda e do Banco Central sobre o Banco do Brasil, processo que já se firmara na gestão de Paulo Cesar Ximenes, também egresso do Banco Central. Além do mais, pelas atribuições de seu cargo anterior, sua ida para o Banco do Brasil estimulou a retomada do debate sobre a possível privatização da empresa.

Durante o ano 2000, os acontecimentos relativos ao setor financeiro nacional e internacional tiveram intensa repercussão nos meios de comunicação, sobretudo a imprensa escrita. Não apenas porque mundialmente intensificaram-se os movimentos de aquisições e fusões, sobretudo aquelas transações envolvendo os gigantes mundiais do mercado financeiro, como porque, no Brasil, a privatização do Banespa aguçava cada vez mais os interesses da banca nacional e estrangeira e os avanços e retrocessos no processo de privatização monopolizavam o debate.

A discussão sobre a possível privatização do Banco do Brasil, portanto, ficou em segundo plano, ganhando algum destaque apenas quando da divulgação dos resultados do relatório da Booz Allen & Hamilton, consórcio vencedor, em 1999, para auxiliar o COMIF na reestruturação das instituições financeiras, públicas federais. Ou, ainda, quando em palestra realizada em Nova York, para um grupo de investidores internacionais, os mesmos cobraram de Armínio Fraga a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal³⁶.

Nos meses seguintes, novamente o Banco do Brasil viria a ocupar espaço nos noticiários, por suspeita de envolvimento de membros do seu alto escalão em outros episódios que ganhavam repercussão nacional.

Durante as investigações do “escândalo Eduardo Jorge”, em julho de 2000, surgiram denúncias de que o ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, havia indicado os dirigentes dos maiores fundos de pensão do país, entre eles Jair Bilach, Presidente da PREVI – o maior fundo de pensão do país – durante a gestão Ximenes, portanto concomitante à condução das medidas de ajuste aqui referidas. Segundo denúncias na imprensa, havia um canal direto entre o Banco do Brasil e Eduardo Jorge, na pessoa do Secretário Executivo da Presidência do Banco, Manoel Pinto³⁷.

Jair Bilach era amigo de Manoel Pinto e, segundo o jornal, engrenagem fundamental no caso ENCOL. Dizia a reportagem que quando Jair Bilach era superintendente do banco no Distrito

Federal, assinou três empréstimos de R\$ 99 milhões à ENCOL. Durante a sua permanência na Superintendência do Banco, em Brasília, ocorreram mais 118 operações ruinosas, constantes de um relatório do Bacen, operações que, segundo a reportagem, transitaram por Jair Bilach e Manoel Pinto, a quem o primeiro era subordinado³⁸.

Segundo reportagem da *Folha de São Paulo*, de 02/09/2000, as relações de Eduardo Jorge e Manoel Pinto vinham desde 1995, quando o então secretário executivo do Banco do Brasil foi interlocutor junto ao Planalto, no caso ENCOL. Ambos trabalharam em conjunto para salvar a empresa que faliu em 1999. Manoel Pinto, devido a esse envolvimento, estava sendo investigado pelo Ministério Público pelos empréstimos concedidos.

E assim, chegamos a um ponto em que é possível fazer algumas conexões entre alguns desses casos de denúncias e refletir sobre a extensão das redes de relações no Banco do Brasil e a possível influência dos acontecimentos havidos durante o governo Fernando Collor.

Manoel Pinto, por exemplo, acusado de envolvimento no caso Eduardo Jorge, como já visto, havia também sido acusado, em dezembro de 1996, de responsabilidade na preparação da lista dos deputados do PPB, inadimplentes com o Banco. A suspeita era de que a lista havia sido encomendada pelo Planalto, como forma de pressioná-los a votar favoravelmente à emenda da reeleição e Eduardo Jorge era tido como o responsável pela divulgação da lista para pressionar os parlamentares. À época, segundo os periódicos, Manoel Pinto foi demitido do Banco. Entretanto, e este é um ponto importante, obteve um cargo na Aliança do Brasil, subsidiária do BB na área de Seguros. Ou seja, esta era uma maneira de publicamente punir os supostos envolvidos em atos ilícitos quando, na verdade, eram mantidos em posição de mando nas subsidiárias do Banco do Brasil.

Quando das investigações sobre o “escândalo Eduardo Jorge” a imprensa divulgou que Manoel Pinto, então Diretor da Aliança do Brasil, tentou ajudar a seguradora Delphos, a pedi-

do de Eduardo Jorge que fazia parte do Conselho da Delphos. A tentativa era de que a Delphos retomasse negócios de seguros que havia perdido para a concorrente Brasittec.

Em setembro de 2000, o Banco do Brasil, após a divulgação pública dos fatos, procedeu à demissão de Manoel Pinto do cargo na Aliança do Brasil e Luiz Augusto Vasconcellos do cargo de diretor na Brasil Saúde, também subsidiária do BB. Este último foi o antecessor de Jair Bilach na Presidência da PREVI, também supostamente indicado por Eduardo Jorge³⁹.

Os dados acima sugerem, portanto, que os males causados à instituição no período do governo Collor, sobretudo na gestão de Lafaiete Coutinho, pelas suspeitas e denúncias de envolvimento direto de membros da alta administração do Banco do Brasil com a esfera governamental e as conseqüências para a empresa sob o ponto de vista ético, deixaram algumas marcas na instituição⁴⁰.

Um dos pontos mais relevantes parece ser a permanência em cargos de confiança, na alta administração ou em subsidiárias, de funcionários sob suspeita de má gestão de recursos ou envolvimento em escândalos. É o caso do Chefe Adjunto da Presidência durante a gestão Lafaiete Coutinho, apontado como responsável pelas contratações e verbas excessivas de publicidade usadas àquela época, como forma de beneficiar o governo Fernando Collor. Citado diversas vezes pela imprensa como responsável pelas irregularidades, manteve-se em cargo sem comissão durante a gestão de Alcir Calliari mas retornou em 1996, com a nomeação de Paulo César Ximenes, a ocupar cargo relevante como assessor especial da diretoria de Recursos Humanos. O mesmo ocorreu com Manoel Pinto que, após o escândalo da divulgação da lista dos deputados do PPB, passou a ocupar cargo de diretoria na Aliança do Brasil, subsidiária do BB, ou Luiz Augusto Vasconcellos como diretor na Brasil Saúde.

Além do mais, fica evidente a similaridade entre os mecanismos utilizados na gestão Lafaiete Coutinho, para rastrear dados de parlamentares, com a finalidade de exercer pressão no momen-

to das votações em torno da CPI do PC e do *impeachment* de Collor, e, na gestão Ximenes, a estratégia para rastrear dados sobre as dívidas de parlamentares do PPB às vésperas da decisão do partido sobre a votação da emenda da reeleição, como constaram das denúncias na imprensa contra Manoel Pinto.

Outro escândalo diz respeito às denúncias de envolvimento de Ricardo Sergio de Oliveira, ex-diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, no episódio do “grampo do BNDES”, também proprietário da corretora de ações RMC, implicada no caso⁴¹. Ou no caso de um outro ex-diretor, Edson Soares Ferreira, também suspeito de envolvimento no caso Eduardo Jorge e também sócio deste em uma empresa⁴².

Assim, parece suceder no Banco do Brasil, pelo menos no período mais recente, algo bastante similar às criticadas relações entre integrantes dos altos escalões do Banco Central e do setor financeiro privado. Contando também entre os membros de suas diretorias com indivíduos ligados a empresas financeiras privadas ou com trânsito por elas, ocorre, nessas denúncias, a mesma indistinção entre interesses públicos e privados que vem marcando as mudanças no Setor Financeiro Nacional.

NOTAS

- ¹ Texto elaborado a partir de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, cujos resultados estão apresentados em Rodrigues (2001).
- ² Sobre as implicações do processo de transnacionalização do setor bancário, sobretudo a expansão dos bancos espanhóis na América Latina, vide Gussi (2001) e Rodrigues e Gussi (2002).
- ³ Sobre as relações entre setor financeiro privado e Bacen vide, ainda, ANABB (1996) e CNB-CUT (1995).
- ⁴ A ascensão de Maílson da Nóbrega começou em 1967, então gerente em uma agência do interior da Paraíba, quando, por interferência de Calazans, passou a ocupar um alto cargo administrativo no Rio de Janeiro.
- ⁵ Após a queda de Calazans, em 1988, as relações entre o Banco do Brasil, a área econômica do go-

- verno e o Bacen se alteraram profundamente, subordinando-se o primeiro às orientações do Ministério da Fazenda e do Banco Central.
- ⁶ Maílson da Nóbrega e Paulo César Ximenes atuaram juntos no Ministério da Fazenda, quando da gestão de Bresser Pereira, em 1987: Maílson como Secretário-Geral e Ximenes como Secretário-Adjunto. Quando Maílson foi nomeado ministro da Fazenda, em 1988, Ximenes passou a ocupar o cargo de Secretário-Geral do Ministério da Fazenda. Posteriormente Ximenes iria para o Banco Central e de lá para a presidência do Banco do Brasil, em 1995, quando Bresser Pereira ocuparia a pasta de Administração e Reforma do Estado.
- ⁷ A respeito ver Rodrigues (2001).
- ⁸ De entrevista com o ex-presidente.
- ⁹ A respeito vide Novelli (1999:151-2).
- ¹⁰ Vide também depoimentos dos ex-presidentes Alcir Calliari, Camilo Callazans e do Prof. Dércio Garcia Munhoz à CPI-BB instalada em 17/04/1991 para apuração da Reforma Administrativa então em curso no Banco do Brasil.
- ¹¹ O PROER foi instituído pela Resolução nº 2.208, de 03/11/1995, e a Medida Provisória nº 1179, da mesma data, estabeleceu os incentivos fiscais.
- ¹² A aquisição do Banespa pelo Santander representou um aumento de 70% na sua participação individual nos ativos bancários privados nacionais, passando o mesmo a figurar como quinto maior banco privado do país.
- ¹³ Uma abordagem mais detalhada encontra-se em Rodrigues e Gussi (1998, 1999) e Rodrigues (1999).
- ¹⁴ Concordando com Bezerra (1999) importa menos saber se essas práticas são a reprodução dos vícios da própria administração pública aqui estabelecida nos moldes do sistema monárquico de origem portuguesa, uma persistência daquelas antigas relações (Faoro, 2000) e sim considerá-las como elementos estruturantes das relações políticas e burocráticas no Brasil.
- ¹⁵ Para uma apreciação mais detalhada vide Rodrigues (2001).
- ¹⁶ A respeito vide Cruz (1992).
- ¹⁷ Vide dossiê sobre as "irregularidades, malversações e desvios de finalidade na aplicação de verbas públicas" elaborado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo.
- ¹⁸ *Veja* de 26/08/92, *Isto é* de 12/08/92 e *Jornal da Tarde* de 11/06/92.
- ¹⁹ Ex diretor do Banco Econômico, Lafaiete Coutinho, segundo a imprensa, foi braço direito de Paulo Cesar Farias na arrecadação de fundos da campanha eleitoral de Collor, sendo posteriormente indicado por ele para ocupar a presidência do BB. A respeito das ligações entre Lafaiete Coutinho e Paulo Cesar Farias vide *O Estado de São Paulo*, de 01/03/92, *Folha de São Paulo*, de 12/04/92 e 30/06/92 e *Isto é*, de 17/06/92.
- ²⁰ Vide *Folha de S. Paulo* de 13/08/1992.
- ²¹ Vide *O Estado de São Paulo*, de 17/07/92 e *Folha de São Paulo* de 11/07/92.
- ²² O mercado interbancário se refere a operações de empréstimos entre bancos com a finalidade de garantir a segurança diária do sistema.
- ²³ Em julho de 1995 o BB pagou US\$ 3,5 milhões, até dezembro não havia sido reembolsado, e teria mais US\$ 3,5 milhões a pagar até o final de dezembro.
- ²⁴ *Isto* de 18/12/1996, *Veja* de 25/12/1996 e *Isto é* de 18/12/1996.
- ²⁵ *Veja*, 25/12/1996.
- ²⁶ *Veja*, 03/09/1997.
- ²⁷ *Folha de São Paulo*, 23/01/1998.
- ²⁸ *O Globo* de 02/05/99 e *Isto é* de 24/02/1999.
- ²⁹ O Itaú, por exemplo, fechou o balanço do primeiro semestre de 1999 anunciando o lucro histórico de R\$ 1 bilhão, valor que se elevou a R\$ 1,45 bilhão ao final do exercício, ultrapassando pela primeira vez os resultados do Bradesco. Além da desvalorização cambial os bancos ganhavam com a elevação da taxa de juros. Vide a respeito *Folha de São Paulo* de 05/08/1999.
- ³⁰ *Folha de São Paulo* de 30/03/1999.
- ³¹ *Folha de São Paulo*, 24/03/1999.
- ³² *Isto é* de 02/06/1999 e *Folha de São Paulo* de 18/04/1999.
- ³³ *Folha de São Paulo* de 20/04/1999 e 21/04/1999.
- ³⁴ *Folha de São Paulo* de 20/05/1999, 24/06/1999, 12/07/1999 e 28/08/1999.
- ³⁵ De um total de R\$ 17 bilhões de títulos referentes à rolagem da dívida de estados e municípios, R\$ 6 bilhões referiam-se a títulos da Prefeitura de São Paulo e R\$ 10,5 bilhões à transferência da dívida do estado do Rio de Janeiro com o Banerj, à época da privatização. O interesse do governo nessa transação era facilitar a privatização daquele banco estadual.
- ³⁶ *Folha de São Paulo* de 23/06/2000.
- ³⁷ *Folha de São Paulo* de 13/07/2000, 27/07/2000 e 30/07/2000 e 17/08/2000. Também *Valor* de 25/08/00.
- ³⁸ *Folha de São Paulo*, 27/07/2000.
- ³⁹ *Folha de São Paulo*, 02/09/2000.
- ⁴⁰ Para uma melhor apreciação sobre o envolvimento de Lafaiete Coutinho com o Planalto, vide Conti (1999).
- ⁴¹ *Folha de São Paulo*, 25/05/1999 e 21/03/2001. Ricardo Sergio Conceição era, à época, diretor da

Área Internacional e chegou à diretoria do Banco do Brasil depois de uma consistente carreira no mercado bancário. Foi diretor do Crefisul e vice presidente do Citibank, de onde saiu em 1989 para gerir negócios próprios. De 1995 a 1998 foi diretor do Banco do Brasil.

⁴² Edson Soares Ferreira, ex-diretor do BB, sócio da DCT, da qual Eduardo Jorge também era sócio, foi conselheiro da PREVI até junho de 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANABB "O Banco do Brasil. Sobrevivência ou privatização". Cadernos ANABB, n.4, junho/1996.

BEZERRA, M. O. Corrupção. Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

BEZERRA, M. O. Em nome das bases. Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

CHESNAIS, F. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CNB-CUT. "Sistema Financeiro", Cadernos CNB-CUT, n.3, dezembro/1995.

CONTI, M. S. Notícias do Planalto. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CRUZ, S. V. "Política empresarial em tempos de crise. Apontamentos teóricos e reflexões sobre o Brasil", Primeira Versão, nº 48, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992.

DIEESE. "Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional e o papel dos bancos públicos", São Paulo, Subseção CNB/CUT, 2000.

_____. "Uma resenha do diagnóstico BA&H. Diagnóstico da situação atual das instituições financeiras", Brasília, Subseção FENAE, 2000.

_____. "Banco do Brasil: missão institucional e situação econômico-financeira", Brasília, subseção ANABB, 1999.

FAORO, R. Os donos do poder, vol.1 e 2. São Paulo: Publifolha/Ed. Globo, 2000.

GARMAN, C et alli "Impactos das relações Banco Central x Bancos Estaduais no arranjo federativo pós-1994". Texto apresentado ao XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro/1998.

GUSSI, A. F. "Identidades e nacionalidades no contexto da transnacionalização das empresas espanholas no Brasil". CD-ROM. I Seminário Organizações e

Sociedade: perspectivas transdisciplinares. Porto Alegre, abril de 2001.

JINKINGS, N. M. "Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": Os bancários em face da reestruturação capitalista". Tese de doutorado. Departamento de Sociologia do IFCH, Unicamp, setembro/2000.

JINKINGS, Nise O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário. São Paulo: Boitempo Editorial, 1995.

MINELLA, A. C. "Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC". In: OURIQUES, N. D. (org.). No fio da navalha. Crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

MINELLA, A. C. "O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros". Ensaio FEE. Ano 15, nº 2, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hauser, 1994.

MINELLA, A. C. Banqueiros. Organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: co-edição Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.

NOVELLI, J. M. N. "Burocracia, dirigentes estatais e idéias econômicas: um estudo de caso sobre o Banco Central do Brasil (1965-1998)". Dissertação de mestrado. IFCH/Unicamp, agosto/1999.

OIT. "Los efectos sociales de los cambios estructurales en la banca", Programa de Actividades sectoriales, Reunión tripartita sobre los efectos sociales de los cambios estructurales en la banca", Genebra, Suíça, 1993.

PETRAS, J. "Os fundamentos do neoliberalismo". In: OURIQUES, N. D. (org.). No fio da navalha. São Paulo: Xamã, 1997.

RODRIGUES, A. C. "O emprego bancário no Brasil e a dinâmica setorial (1990 a 1997)". Dissertação de mestrado em Economia. São Paulo: PUC São Paulo, março/1999.

RODRIGUES, L. C. & GUSSI, A. F. 1. Relatório FAPESP, "Cultura organizacional do Banco do Brasil". Campinas, 1996, e Relatório Final, 1999, inédito.

RODRIGUES, L. C. & GUSSI, A. F. "Entre Brasil e Espanha: identidades e nacionalidades no contexto de transformações do sistema financeiro mundial", 2002, inédito.

RODRIGUES, L.C "Banco do Brasil: crise de uma empresa estatal no contexto de reformulação do Estado Brasileiro", tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP, 2001.

WEBER, M. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.